



Estado Novo, ideologia e resistência: os judeus e o antissemitismo em Pernambuco
Estado Novo, Ideology and Resistance: Jews and Anti-Semitism in Pernambuco

Susan Lewis *

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) | Recife, Brasil
susan.lewis@upe.br

Resumo: Este artigo centra-se na análise da questão judaica em Pernambuco durante o Estado Novo, considerando que a ditadura, com o seu nacionalismo exacerbado, possibilitou um terreno propício para o fortalecimento de construções discursivas e de ações políticas que reforçaram estereótipos já existentes no país, a exemplo do antissemitismo. No período analisado, a interventoria pernambucana coube a Agamenon Magalhães, que estabeleceu como missão principal de sua gestão disseminar os ideários estadonovistas, defendendo, inclusive, o antissemitismo existente no âmbito federal. Mas, a partir da documentação oficial, de registros de arquivos e de entrevistas realizadas com judeus, pudemos constatar que, a despeito do antissemitismo presente nas hostes governamentais, nos discursos de intelectuais e nos meios de comunicação, houve espaços consideráveis para que os judeus se estabelecessem no Estado e constituíssem uma comunidade ativa. O período em que o Brasil declara guerra ao Eixo e as mudanças que foram geradas em Pernambuco relacionadas aos judeus, também são objetos deste estudo.

Palavras-chave: Estado Novo. Pernambuco. Antissemitismo.

Abstract: This article focuses on the analysis of the Jewish question in Pernambuco during the Estado Novo, considering that the dictatorship, with its exacerbated nationalism, provided a propitious ground for the strengthening of discursive constructions and political actions that reinforced stereotypes already existing in the country, like anti-Semitism. In the period analyzed, the Pernambuco interventionist fell to Agamenon Magalhães, which established as its main mission to disseminate the state ideas of the state, defending even the existing anti-Semitism at the federal level. But from official documentation, archival records, and interviews with Jews, we found that, despite the anti-Semitism present in government hosts, the speeches of intellectuals, and the media, there was considerable room for Jews to established in the state and constituted an active community. The period in which Brazil declares war on the Axis and the changes that were generated in Pernambuco related to the Jews are also objects of this study.

Keywords: New State. Pernambuco. Anti-Semitism.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora da Universidade Federal de Pernambuco.



1 Introdução

Em janeiro de 1940, Oswaldo Aranha dirigiu-se a Ciro de Freitas Vale abordando uma questão que possuía destaque significativo no período, dentro e fora do Brasil: a da imigração judaica. À frente do Itamaraty, o ministro revelou para seu primo e então chefe da embaixada do país na Alemanha, posições referentes aos judeus que reforçavam estereótipos há tempos constituídos. Na carta, há respostas a indagações anteriores de Freitas Vale sobre a inconveniência da imigração judaica em território nacional, crescentemente composta, em sua opinião, por judeus de má qualidade e sem idoneidade, a despeito das normas severas impostas pelo Itamaraty, conforme reconhecia o próprio embaixador. Os esclarecimentos de Aranha baseavam-se na elucidação e defesa da política imigratória varguista em contraposição aos judeus, trazendo à tona, inclusive, as circulares secretas expedidas a partir de 1937 a fim de restringir, significativamente, a imigração semita.¹

A correspondência entre os dois diplomatas deixa claro o antissemitismo que se alastrava mundialmente e a necessidade cada vez mais premente e dramática da fuga dos judeus da Europa, apontando também para controles específicos do Estado Novo e de suas políticas de restrição imigratória. Com nítidos contornos fascistas, o regime estadonovista fincou seus alicerces na propaganda política voltada para a doutrinação das massas e na repressão sobre os grupos considerados perigosos diante do poder que se instituíam. Entre esses grupos, estavam os judeus e as múltiplas imagens pertencentes ao imaginário popular e que reforçavam o que não se desejava no *homem novo*.

Os discursos constituídos ao longo da Era Vargas, além da repetição exaustiva e categórica, apelavam constantemente para o nacionalismo, como observa Elisabeth Cancelli em *O mundo da violência*. Foi através do elemento nacionalista que ocorreu a legitimação do Estado e a tentativa de excluir qualquer conflito relacionado à divisão de classes. A negação de tais conflitos significava, na realidade, a tentativa de aniquilamento do espaço público, já que havia a negação da esfera política. O imperativo à obediência apresentava-se inteiramente necessário, uma vez que na construção discursiva do poder instituído, Estado e sociedade civil foram concebidos como um corpo uno, cabendo ao homem, “antes de mais nada, identificar-se com os desígnios da nação, onde o Estado é o agente histórico com fins divinos”.²

Contrapondo-se aos regimes liberais, o Estado Novo apresentava-se como um poder forte, aglutinador, responsável por realizar os direitos sociais. Instituiu-se, nas narrativas oficiais, a *democracia social*, definida como uma política responsável pelo novo homem, socialmente protegido a partir de então.³ Não por acaso, é no

¹ Carta de Oswaldo Aranha para Ciro de Freitas Vale, 05.05.1940. CPDOC-FGV.

² CANCELLI, 1993, p. 13.

³ VELLOSO, 1982.



Estado Novo que há uma elaboração sistemática da propaganda governamental, já estabelecida em 1930, mas consolidada a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no final de 1939.

Importante perceber que havia, no período que antecede a ditadura, inúmeras visões e propostas políticas que disputavam espaços no país. As incertezas eram muitas, e a própria Aliança Liberal, responsável pelo lançamento da candidatura de Getúlio Vargas, encontrava-se dividida, como analisa Dulce Pandolfi.⁴ Em 1935, com o levante comunista, ocorre o fortalecimento dos discursos oficiais antibolcheviques que reforçou a instalação da ditadura. Ao mesmo tempo, as oposições já não podiam se expressar e atuar com liberdade, uma vez que foram postas na ilegalidade.

Quanto à questão imigratória, ficavam mantidos os controles estabelecidos constitucionalmente alguns anos antes, mas o governo federal tomou para si a prerrogativa de limitar e suspender a entrada de novos imigrantes. Empreendia-se uma política nacionalista e de abasileiramento com o objetivo de evitar os *quistos raciais*, expressão utilizada para se referir às colônias estrangeiras que preservavam suas culturas e eram consideradas ameaças ao projeto de soberania nacional. Mas os estrangeiros não foram percebidos e julgados de forma única. Alguns grupos, como os judeus e japoneses, eram considerados inassimiláveis e, portanto, ineptos para contribuir com o projeto nacionalista do Estado Novo, ao contrário do branco europeu, cujo abasileiramento o tornava desejável.⁵ Sobre os japoneses, Francisco Campos afirmava:

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, [...]; seu egoísmo, sua má-fé, seu caráter refratário, fazem dele um enorme quisto étnico, econômico e cultural [...]. Ninguém logrará mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção de vida, nem o seu materialismo. Uma larga mestiçagem, se de um lado repugnaria ao sentimento do povo brasileiro e viria repetir o fenômeno que, com relação à raça negra, nos foi imposto pela colonização primitiva, de outra parte encontraria, entre os colonos japoneses e as autoridades japonesas a que eles obedecem, uma resistência ilimitada.⁶

Os debates sobre a imigração reforçavam, constantemente, imagens estereotipadas dos estrangeiros, tanto nas esferas governamentais quanto em âmbitos variados da

⁴ PANDOLFI, 1984, p. 50.

⁵ LEWIS, 2014, p. 52-53.

⁶ Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano I, outubro de 1943, n. 3. (CANCELLI, 1993, p. 156).



sociedade civil. Em relação aos judeus, eram percebidos por políticos e intelectuais brasileiros como uma espécie racial composta de inúmeras características biológicas. Essas crenças foram sedimentadas, sobretudo, pelo nazifascismo e por sua capacidade de tornar mundial o movimento político-ideológico alemão.⁷ Mesmo sem ter inventado o racismo, como ressalta Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo*, o regime de Hitler foi capaz de expandi-lo internacionalmente.⁸

2 Judeus em Pernambuco

Nossas pesquisas, realizadas durante o processo de mestrado em Ciência Política e doutoramento em História pela Universidade Federal de Pernambuco, basearam-se principalmente no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE – Recife) e no Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco. Além disso, realizamos entrevistas com judeus e outros grupos relacionados à nossa temática, tendo como metodologia a história oral.⁹ Em primeiro lugar, chamamos atenção para a questão da memória oficial e a sua construção histórica. Considerando Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, por exemplo, Cancelli observa que o primeiro passou à história como o pai dos pobres, líder da “Justiça Social” e o segundo como responsável pela ampliação das fronteiras internas e do consumo. “A nenhum deles foi creditada a tortura e prisões arbitrarias ou o crescente cerco anticomunista.”¹⁰

Nessa perspectiva, não há dúvida de que, quando se considera a própria questão judaica, há uma distância entre as políticas oficiais e a memória hegemônica sedimentada posteriormente. A própria questão das circulares secretas e do antissemitismo presente nos discursos políticos, na produção intelectual e nos meios de comunicação vigentes nas décadas de 30 e 40 permanecem restritos aos meios acadêmicos e a pesquisas específicas, sendo ainda pouco debatida e conhecida no país. Autores como Jeffrey Lesser e Maria Luiza Tucci Carneiro analisaram minuciosamente e com profundidade aspectos da diplomacia e das políticas imigratórias contrárias aos judeus no Brasil.¹¹

Nos estudos que realizamos, tivemos Pernambuco como unidade principal de nossas análises. Um fator que julgamos importante desde o início foi que a interventoria do

⁷ Para Hobsbawm, o nacional-socialismo alemão conseguiu fazer do fascismo italiano um movimento geral. Segundo o autor, “sem o triunfo de Hitler na Alemanha, a ideia do fascismo como um movimento *universal*, como uma espécie de equivalente direitista do comunismo internacional tendo Berlim como sua Moscou, não teria se desenvolvido”. Cf. HOBSBAWM, 1995, p. 120.

⁸ ARENDT, 1998, p. 188.

⁹ As entrevistas realizadas com os judeus foram cedidas para o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

¹⁰ O alinhamento após a Segunda Guerra apagou, em sua visão, as atitudes antidemocráticas dos governos. CANCELLI, 2014, p. 144.

¹¹ Cf. CARNEIRO, 1995 e LESSER, 1995.



Estado foi exercida por um dos políticos de maior confiança de Getúlio Vargas e que já possuía, antes mesmo de ser designado interventor, uma enorme projeção nacional. Agamenon Magalhães, Ministro do Trabalho e, posteriormente, também da Justiça no governo Vargas, assumiu a liderança política pernambucana em dezembro de 1937, com a missão de doutrinar a população e de firmar os ideários do regime.

Sistematicamente, passou a defender as ideias e as ações da ditadura varguista. Para tanto, criou o jornal *Folha da Manhã* e fez dele sua tribuna. Se pensarmos nas concepções foucaultianas de poder, percebemos a importância da produção de discursos, da rede produtiva estabelecida por Agamenon que atingiu o corpo social em diversos aspectos, indo muito além das práticas meramente repressivas. “Vim para criar a emoção do Estado Novo”, afirmou Agamenon no início de sua gestão. E assim o fez, tornando particularmente Pernambuco um local bastante articulado de propaganda estadonovista. O Estado foi tido, à época, como modelo para outras unidades da federação.¹²

O interventor federal diariamente escrevia para a *Folha* e afirmava os princípios caros ao Estado Nacional. Combatia, assim, o liberalismo; exaltava o trabalho como questão social e moral e, conseqüentemente, a ociosidade como subversão; defendia a centralização federativa e negava veementemente os conflitos de classe, definindo o regime autoritário como uma democracia social. Também tratava dos costumes e de questões moralizantes, opondo-se ao divórcio e exaltando a família tradicional, em nome de uma formação cristã.¹³ Aliás, a moral cristã e seus símbolos religiosos eram constantemente evocados em suas declarações, em uma espécie de sacralização da política.¹⁴

2.1 O jornal do interventor e o antissemitismo

As relações entre a Igreja e o Estado se estreitaram no regime estadonovista, havendo por parte de vários clérigos uma adesão incontestada à ditadura.¹⁵ Em Pernambuco, não foi diferente, ocorrendo um fortalecimento ainda maior através da escolha de secretários de governo, em sua maioria egressos da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica (CMMA), que procurava combater as ideias tidas como pagãs, a exemplo das doutrinas de esquerda. Grupo religioso local, foi criado sob a influência do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro.¹⁶

¹² LEWIS, 2004, p. 75.

¹³ MAGALHÃES, 1985.

¹⁴ Na década de 1930, a Igreja Católica se aproximou ainda mais do Estado. No entanto, mais importante ainda é perceber a utilização das imagens e símbolos religiosos pelos ideólogos do poder. Sobre o assunto ver: LENHARO, 1986.

¹⁵ MIRANDA, 1998, p. 90.

¹⁶ Fundado em 1922, o Centro D. Vital era composto de intelectuais católicos e pretendia, inicialmente, contribuir com o fortalecimento da Igreja no país. Cf. MIRANDA, 1998, p. 53.



Ainda na década de 1920, pouco tempo depois da criação da CMMA, surgiu o Círculo da Mocidade Acadêmica, espaço voltado para a discussão de “temas religiosos, filosóficos e científicos”. Por intermédio dele, criou-se a revista *Fronteiras* dirigida por Manuel Lubambo.¹⁷ Posteriormente, Lubambo tornou-se secretário da Fazenda de Agamenon Magalhães.¹⁸ Suas páginas são um capítulo à parte nas manifestações antissemitas do período. Assim como fazia nacionalmente o integralista Gustavo Barroso, um dos maiores opositoristas dos judeus no país, *Fronteiras* atacava veementemente os semitas. Via no judaísmo a culpa de praticamente todos os males sociais e empreendeu uma verdadeira campanha antissemita, combatendo ferozmente a imigração judaica. Assim é que:

1 – O Judaísmo nos oferece um impressionante caráter de permanência nos seus propósitos terríveis de domínio universal dos povos cristãos. [...] Todos os seus atos têm um profundo significado racista, visam sempre a destruição da civilização cristã, cujos escombros pretendem levantar o Estado de Israel.¹⁹

2 – Uma vez na sua posse [das crianças] começa o judeu por intermédio dos seus bonecos a despir-lhe de todas as virtudes para revestir-lhe de toda espécie de vícios e maus sentimentos. São as fugas do lar, o rapto, o assassinio, o rompimento com a família, o desdém ao Criador, o instinto de vingança, o ódio, os fins justificando os meios, [...], tudo isso orientando o espírito infantil para o rebaixamento moral.²⁰

3 – Não é motivo de admiração para ninguém que a invasão judaica no Brasil caminha a passos gigantes. Não demorará muito para que tenhamos perigosos quistos no seio da nação brasileira. [...] Formados que somos à sombra da Cruz, não nos sentiremos bem em dar guarida a povos que não se orientem moralmente pelos santos princípios do Evangelho.²¹

A revista e seu conteúdo antissemita eram muito semelhantes com o que pesquisamos no jornal criado pelo próprio interventor. No período analisado e a despeito de escrever diariamente sobre assuntos diversos, encontramos apenas um artigo de sua

¹⁷ A revista *Fronteiras* foi criada em agosto de 1924 e seu aparecimento, junto à imprensa pernambucana, fez parte do projeto nacional da Igreja Católica que pretendia fortalecer seu domínio político e espiritual (SILVA, 1995, p. 118).

¹⁸ Para Cortez Silva, a importância de *Fronteiras* ia além da representação da ideologia católica, uma vez que possuía, entre seus colaboradores, membros do “staff de Agamenon Magalhães contribuindo de forma conclusiva para fortalecer o ideário estadonovista em Pernambuco”. (SILVA, 1995, p. 144).

¹⁹ Cf. CAMPOS, 1939, p. 4.

²⁰ ROMÁRIO, 1939, p. 10-11.

²¹ ROMÁRIO, 1939, p. 13.



autoria em que falava dos judeus e os associava ao perigo comunista no país.²² Mas, se por um lado apenas uma vez ele se posicionou explicitamente no matutino, colocou na *Folha da Manhã* um redator chefe que repetidamente incitava o ódio aos judeus. Seu nome: José Campelo. E ele fez no jornal o que membros da Congregação Mariana fizeram na revista *Fronteiras*. Dessa forma, afirmava que:

O judeu, a força de explorar há milênios, as misérias da humanidade e a economia e as finanças das nações, tomou a feição de uma ave de rapina, tão vivamente marcada, que a gente fica em dúvida se ele pode ser considerado como racional ou se é um exemplo à parte na classificação da espécie.²³

Com uma coluna fixa na primeira página, Campelo escrevia diariamente na *Folha*. Indubitavelmente, boa parte de seus artigos eram dedicados à questão judaica. Não foi à toa que já havia colaborado com textos na própria *Fronteiras*. Seguindo a mesma orientação conteudista da revista, afirmava serem os judeus inassimiláveis, inimigos do catolicismo, comunistas, capitalistas gananciosos, usurários, etc.²⁴ Sobre a imigração judaica, por exemplo, acreditava que:

Podemos lamentar ou condenar o excesso de perseguições truculentas, perdoar e até mesmo socorrer os que sofrem. Mas, nunca as restrições que se opõem hoje em dia na maior parte dos países europeus, ao judaísmo internacional que explora a usura e espalha a corrupção e organiza e mantém o comunismo internacional. Negar a tarefa sinistra de vingança e ódio; desmentir os processos de desagregação política e social dos judeus, é ato de ignorância, de suborno ou de compadrio nas “lojas” secretas, à sombra caricata do “Bode Preto”.²⁵

Na verdade, nos discursos antissemitas podemos perceber a função que os judeus tiveram de tornar ainda mais evidente o que se queria excluir, bem como reforçar o que se pretendia exercer. Tudo isso vinha ao encontro de imagens antissemitas já existentes e sedimentadas historicamente, e passou a ter ainda mais força com as consequências da Segunda Guerra Mundial e toda a repercussão nacional e internacional que foi gerada com o contingente de refugiados judeus. Assim, como afirmamos outrora, “os inimigos políticos serviam para mobilizar a população e reforçar os ideais da ditadura”.²⁶ Nesse sentido, o antissemitismo era bastante útil, uma vez que os estereótipos em torno dos judeus se assemelhavam a um caleidoscópio: “inúmeras imagens lhes eram atribuídas, com múltiplas funções. Podiam ser, assim,

²² O anticomunismo, aliás, era defendido desde antes por Agamenon, quando esteve à frente do Ministério da Justiça e do Trabalho.

²³ Cf. CAMPELLO, 1938, p. 3.

²⁴ LEWIS, 2014, p. 97.

²⁵ CAMPELLO, 1938, p. 3.

²⁶ LEWIS, 2014, p. 226.



acusados de comunistas ao mesmo tempo em que eram apontados como capitalistas gananciosos.”²⁷

Ainda considerando o jornal do interventor, encontramos não apenas as manifestações de José Campelo. O antissemitismo esteve presente em editoriais, em matérias diversas, em títulos de reportagens. As ações estabelecidas pelo governo federal também eram reproduzidas e amplamente defendidas, iniciando-se até uma campanha higienista contrária aos refugiados judeus. Em editorial de agosto de 1938, foram considerados “detritos raciais varridos dos países europeus”. O *saneamento* viria para evitar “a desordem econômica que eles estavam acarretando à economia nacional” e que se fazia sentir de forma cada vez mais perigosa.²⁸

Analisando o matutino durante todo o Estado Novo, encontramos, como já ressaltamos anteriormente, apenas uma única vez a posição exposta diretamente da pena de Agamenon. Agia o interventor como o próprio Getúlio Vargas, que raramente expressava sua opinião sobre os judeus. “Entretanto, nunca questionou a política restritiva aos não ariano e nunca impediu que circulares secretas fossem expedidas”, como nos chama atenção Tucci Carneiro.²⁹ Assim o fez também Agamenon. E quando se pronunciou diretamente sobre a questão, foi com o intuito de defender o presidente e sua política antissemita:

Quem fala em produção, deve considerar os seus dois fatores — o capital e o trabalho. O capital por si só nada produz. Os juros, como as rendas do capital, imobilizado, nas caixas dos bancos, em prédios, em terras, em títulos, representam um interesse do capital, que se exprime pelo trabalho. Só pelo trabalho é que o capital pode produzir. Pensar que o capital se multiplica, como no milagre dos pães, sem esforço, sem o trabalho, o suor emprestador ou de quem o toma emprestado, é sandice. Capital e trabalho são termos de uma mesma equação. São elementos de um fato econômico. Da produção. Quem negar o capital ou o trabalho, nega a produção. Os marxistas negam o capital e por isso nada construíram, fracassando como economistas e reformadores do mundo. Os judeus de todas as cores, louros ou mulatos, brancos ou mestiços, negando o trabalho e exaltando o bezerro de ouro, faquirizados pelo dinheiro, loucos pela pecúnia, geram a hipertrofia do sistema capitalista, os “trustes”, os “cartéis”, a anarquia dos mercados e das moedas. Quem salvou o Brasil do marxismo e do judaísmo? É essa a pergunta que eu quero fazer aos brasileiros de verdade. Aos brasileiros que têm a consciência dos seus deveres e a noção dos problemas mais vitais de uma nacionalidade. Estou certo de

²⁷ LEWIS, 2014, p. 226.

²⁸ EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis. *Folha da Manhã*. Recife, 03 ago. 1938. Editorial, p. 3.

²⁹ CARNEIRO, 1995, p. 255.



que todos só terão uma resposta. Quem salvou o Brasil do marxismo como do judaísmo, foi o presidente Getúlio Vargas.³⁰

2.2 A comunidade judaica

No ano anterior ao posicionamento antissemita público do interventor federal, um grupo de refugiados judeus vindos da Europa tentou embarcar em Recife. Segundo o próprio editorial da *Folha*, haviam tentado antes entrar em vários países: França, Suíça, Portugal, Inglaterra e Estados Unidos. Não houve sucesso, o mesmo ocorrendo no Brasil. E a recusa foi prontamente apoiada pelo jornal, uma vez que “o judeu errante não é uma lenda, é uma realidade”.³¹ Neste caso específico, não encontramos outros registros que esclarecessem mais detalhes sobre a formação do grupo de refugiados, nem o que teria ocorrido com ele.

Incontestavelmente, os refugiados judeus atingidos por proibições imigratórias foram tragicamente marcados. Mas os relatos de nossos entrevistados, filhos de imigrantes, apontam diferenças importantes entre a vida dos que se estabeleceram no país e a violência sofrida pelos que tiveram as portas fechadas pelo governo varguista. O que se observa em suas falas é que o antissemitismo presente no governo, no Itamaraty, nos meios intelectuais, nos veículos de comunicação, não resultou em perseguições abertas dentro do país, não os impediu de se relacionarem com a comunidade local. Apesar de registrarem algumas manifestações antissemitas em seus cotidianos, referem-se ao Brasil como um local que lhes possibilitou inserção social, cultural, econômica e política. De fato, a despeito das leis discriminatórias, de todos os discursos antissemitas amplamente divulgados, as lideranças políticas e intelectuais do Estado Novo não conseguiram arrematar a população.³²

Anita Levy, nascida no Brasil em 1921, rememora a saída de seus pais da Rússia, decorrente das proibições antissemitas que lhes impediram a própria sobrevivência material. Em contraposição, ressalta as oportunidades que Moisés Buchovsky, seu pai, teve no Brasil, trabalhando inicialmente como *klientelische* (prestamista) até conseguir, mais tarde, sociedade com outro judeu em uma loja.³³ Anússia Gourvitz, filha de judeus que emigraram da Romênia após a Primeira Guerra Mundial, em suas recordações traz as palavras de sua mãe que afirmava ser o Brasil sua segunda pátria.³⁴ Já I.S. tem clareza da existência de proibições imigratórias sobre os judeus: “Eu sei que era muito difícil, durante uma grande fase de tempo, porque havia protocolos

³⁰ MAGALHÃES, 1940, p. 3.

³¹ PORTAS fechadas. *Folha da Manhã*, Recife, 25 mar. 1939. Editorial, p. 3.

³² “A existência de uma Questão Judaica no Brasil não deve levar os leitores a concluir que sua formulação ou aplicação era semelhante à ocorrida na Argentina ou na Europa, onde o antissemitismo corria à solta. Cf. LESSER, 1995, p. 23.

³³ Entrevista de Anita Levy concedida a Susan Lewis. Recife, 03.09.1997. Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

³⁴ Entrevista de Anússia Gouvirtz concedida a Susan Lewis. Recife, 01.09.1997.



confidenciais, então não se dizia que havia nenhum obstáculo. Mas se sabia que havia porque a pessoa tinha muita dificuldade em mandar buscar algum parente.”³⁵ Assim como os demais entrevistados, entretanto, ele não se refere a acontecimentos de violência dirigida aos membros da comunidade judaica estabelecida no Estado. Por fim, David Becker, que relembra inicialmente a inserção social da família no Brasil, narra o seguinte diálogo com o pai:

Eu perguntei:

– Pai, o senhor não tinha parente formado?

Ele disse:

– Não, não podia estudar.

Eu digo:

– E o senhor não aprendeu a ler e a escrever?

– O rabino ensinava. Tinha escola israelita no bairro da gente, não podia sair nem para outro bairro. Não podia se formar, não podia ter propriedade, não podia ter nada.³⁶

Em *Passos perdidos: história recuperada*, Tânia Kaufman constata situação semelhante quando também considera os relatos dos filhos de imigrantes. Ela percebe que a maioria descreve atos discriminatórios, mas não encontra narrativas que confirmem a não integração dos judeus na sociedade.³⁷ Os judeus que viviam no país conseguiram espaços para atuar socialmente e criaram mecanismos para se contrapor às dificuldades do momento.

A transmissão dos valores judaicos passava a ocorrer cada vez mais em instituições fora do espaço doméstico, como clubes, sinagogas e escolas. No Prontuário Funcional da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) sobre o Centro Israelita, estão descritas algumas das atividades realizadas pela comunidade no período da guerra.³⁸ Esses relatos são parte das observações realizadas pelos investigadores. No entanto, não eram direcionadas especificamente ao Centro Israelita, mas às instituições culturais como um todo. Faziam parte da vigilância autoritária do período. E o que ela nos traz é justamente a atuação livre dos judeus em Pernambuco, que se mobilizaram para “organizar e auxiliar nos trabalhos de sub-comitês destinados a angariar donativos para vítimas de guerra israelitas, a serem fundados em todos os Estados brasileiros.”³⁹

³⁵ Entrevista de I. S. concedida a Susan Lewis. Recife, 19.09.1997. O Sr. I.S. não nos autorizou a revelar seu nome. Na ocasião, entendemos que falar do passado e do antissemitismo governamental não o deixou confortável. Mas em nenhum momento ele se referiu a alguma experiência de violência antissemita vivenciada por ele ou algum parente no país.

³⁶ Entrevista de David Becker concedida a Susan Lewis. Recife, 14.09.1997.

³⁷ KAUFMAN, 2000, p. 150.

³⁸ Prontuário Funcional 413. DOPS – APEJE.

³⁹ Prontuário Funcional 413. DOPS – APEJE.



No Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco encontramos fotografia que traz membros da comunidade judaica doando um cheque nas mãos do próprio Agamenon Magalhães. A doação destinava-se ao Aeroclube de Pernambuco. A imagem não é datada, tampouco a matéria que a acompanha, mas demonstra a atuação da comunidade judaica no Estado. Na ocasião, em discurso proferido no Palácio do Governo, o médico José Bancovsky afirmava:

Tal gesto, numa hora em que o mundo se agita numa atmosfera de ódios, perseguições e conquistas de povos inermes, é uma demonstração evidente de quanto a comunidade israelita do Recife sabe também compreender o perigo que paira sobre a nossa pátria, diante daqueles que pretendem dominar e garrotear os povos pacíficos, amantes da paz e do progresso, escravizando-os em nome do imperialismo nefasto.⁴⁰

2.3 Os súditos do Eixo

Foi a partir de 1942, sobretudo quando o Brasil declara guerra ao Eixo, que percebemos claramente uma mudança das manifestações antisemitas em Pernambuco. Com o Brasil em guerra, os inimigos passam a ser os *súditos do Eixo*, forma como eram designados os alemães, italianos e japoneses. Se em 1940, Agamenon perguntava aos leitores da *Folha* “quem salvou o Brasil do marxismo e do judaísmo?”, em 1943 afirmava no mesmo jornal que:

Qualquer “louro” que for visto nas praias ou próximo delas é suspeito até prova em contrário. Deve ser levado às autoridades mais próximas para a sua identificação. Não há nada, mas pode haver. Em guerra o perigo está em toda parte. Vigilância, pois, é a atitude que o momento aconselha.⁴¹

Os ideais cívicos que o regime podia fortalecer, alicerçados no nacionalismo e no autoritarismo, continuaram sendo utilizados e as generalizações por parte das autoridades políticas permaneceram. Não havia distinção, na maior parte das vezes, quando o olhar policial pairava sobre os estrangeiros dos países em guerra: espiões, propagandistas ou meros simpatizantes do nazismo eram vistos com o mesmo grau de periculosidade. Expressar uma mera opinião favorável ao Eixo tornava o estrangeiro uma ameaça à soberania brasileira. Muitos foram punidos porque não se adequaram inteiramente aos ditames do Estado Novo e esta condição podia ser observada em Pernambuco, notadamente com os alemães, que constituíam no Estado a maioria dos estrangeiros provenientes dos países do Eixo:

Exemplo significativo de tal situação pode ser constatado no município de Paulista, onde atuavam os industriais da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), os Lundgren. Família de origem sueca, os “coronéis”

⁴⁰ *Diário de Pernambuco*. Recife, [s.d.].

⁴¹ MAGALHÃES, 1943.



que dominavam a cidade possuíam inúmeros estrangeiros em seus quadros de funcionários, sendo a maioria deles de nacionalidade alemã. A cidade, a família e tais estrangeiros foram um dos alvos principais da interventoria de Agamenon Magalhães, dando origem a acontecimentos que levaram à criação de um campo de confinamento para acusados de espionagem nazista.⁴²

No entanto, antes de tudo, ressaltamos que este campo de concentração não possuía semelhança com os campos de extermínio nazistas. No Brasil, o encarceramento dos estrangeiros durante a guerra ocorreu nas casas de detenção e prisões, mas também em campos de internamento, denominados de campos de concentração por policiais e membros do governo, que não faziam distinção dos termos. Os campos, por sua vez, referiam-se aos locais que foram reativados, adaptados ou criados para os “súditos do Eixo”.⁴³

A documentação revela a existência de campos de confinamento em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará. Para nossa grande surpresa, encontramos em Pernambuco a existência de mais um desses locais. E percebemos, analisando a documentação policial, as cartas dos prisioneiros e as entrevistas de ex-funcionários dos Lundgreen que atuaram em suas fábricas no período da guerra que, na verdade, o campo de confinamento foi mais uma estratégia de Agamenon para se opor ao poder ilimitado dos “coronéis” em Paulista. Sobre eles, recaía a insinuação de espionagem, e sobre seus funcionários estrangeiros - sobretudo alemães -, a vigilância e posterior confinamento.

Sem dúvida, a espionagem nazista ocorreu no Estado. No entanto, a percepção deste perigo se aliou às disputas entre Agamenon e os Lundgren, que exerciam o poder de fato na região. E assim, criou-se o Campo de Concentração Chã de Estévão, que funcionou entre os anos de 1942 e 1945, em Igarassu, antigo distrito que hoje é o município de Araçoiaba, em Pernambuco. Mas esse já é um outro assunto com nuances particulares que não cabem nos limites desta análise. O que ressaltamos é que, mais uma vez, a utilização de mecanismos de poder esteve a cargo do fortalecimento dos ideários ditatoriais que envolveu grupos diversos e os estigmatizou publicamente. Com o fim da guerra, porém, estas questões cederam espaço para outras tantas e chega ao fim o Estado Novo.

Referências

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CANCELLI, Elisabeth. História memória e transição: pensando o Brasil. In: SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; SILVA, Francisco Teixeira da; SILVA, Giselda Brito

⁴² LEWIS, 2014, p. 19-20.

⁴³ PERAZZO, 1999, p. 205.



(Org.). *Velhas e novas direitas: a atualidade de uma polêmica*. Recife: EDUPE, Editora Universidade de Pernambuco, 2014.

CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 396-397

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Trad. Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

LEWIS, Susan. *Indesejáveis e perigosos: o antissemitismo e a questão alemã em Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945)*. Recife: UFPE, 2014.

MAGALHÃES, Agamenon. *Idéias e lutas*. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: Massangana, 1984.

SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

KAUFMAN, Tânia Neumann. *Passos perdidos – história recuperada: a presença judaica em Pernambuco*. Recife: Edição do autor, 2000.

PERAZZO, 1999. Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Recebido em: 20/09/2019.

Aprovado em: 20/10/2019.